



Congresso mantém veto de Temer na Lei das Filantrópicas

Jonas Pereira/Agência Senado



Eunício preside a sessão do Congresso, que teve participação do presidente do BNDES, Dyogo Oliveira (2º à dir)

Comunidades terapêuticas que atendem dependentes químicos continuarão impedidas de firmar convênios com órgãos do sistema nacional de políticas sobre drogas, decidiram os parlamentares

Os senadores e deputados decidiram ontem manter dois vetos do presidente Michel Temer a projetos aprovados pelo Congresso. O mais polêmico deles excluiu a possibilidade de instituições filantrópicas que tratam dependentes químicos assinarem contratos com órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Parlamentares pe-

diram a derrubada do veto, que, para eles, prejudica as comunidades terapêuticas e sobrecarrega o SUS. Mas o governo se comprometeu a editar medida provisória sobre o assunto e, com isso, os líderes chegaram a um acordo pela manutenção.

O outro veto mantido exclui trechos de lei sobre produção de polpa e suco de frutas em estabelecimentos familiares rurais. **3**

Comissão quer ouvir ministro da Fazenda sobre Eletrobras **7**

Dois diretores da Aneel passam em sabatina **4**

Internet grátis é rejeitada em colegiado **8**

Projeto que proíbe sublocar imóvel de franquia avança **7**

Debate defende integração de dados rurais **8**

Vai a Plenário projeto sobre ISS para aplicativos de transporte

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que determina que o ISS sobre aplicativos de transporte, como Uber e Cabify, seja

cobrado na cidade onde o serviço é oferecido e não na sede da empresa, como acontece hoje. A proposta vai a Plenário em regime de urgência. **4**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Relator, Armando Monteiro (E) defende a aprovação do projeto sobre ISS

Eunício e Maia debatem LDO de 2019 com a presidente do STJ

A convite da presidente do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Vaz, os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia, debateram na sede do tribunal a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 e outras propostas de interesse da Justiça que tramitam no Congresso. **2**

Especialistas alertam para alta incidência de alergia alimentar

Os casos de alergias alimentares são crescentes e as reações parecem mais graves, disseram participantes de audiência ontem na Comissão de Assuntos Sociais. Eles apoiaram a instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar, para informar a população. **6**



Rossieli Soares e Lúcia Vânia em audiência na Comissão de Educação

Ministro é cobrado por senadores sobre verbas para universidades

Na Comissão de Educação, o ministro Rossieli Soares disse que a pasta tem cumprido, em 2018, o financiamento acertado com as universi-

dades e institutos federais, mas senadores apontaram queda nos investimentos e lamentaram a redução de contratos do Fies. **8**

Comissão fixa em R\$ 39 bilhões a compensação pela Lei Kandir

Foi aprovado na comissão mista da Lei Kandir o relatório de Wellington Fagundes com minuta de projeto de lei complementar que define os critérios a serem adotados pela União no repasse de compensação aos estados pela não incidência do ICMS sobre a exportação de produtos primários. O texto será apensado a projeto elaborado por comissão especial da Câmara e segue para os Plenários das duas Casas. **5**

Trabalho escravo persiste no país, aponta audiência

Participantes de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos disseram ontem que ainda há trabalhadores no Brasil submetidos a trabalho forçado, condições

degradantes, jornada exaustiva e servidão por dívidas, 130 anos após a abolição da escravatura. A audiência foi requerida pelo senador Paulo Paim. **7**



Paulo Paim (C) preside debate sobre os 130 anos da abolição da escravatura e a escravidão moderna no Brasil

Marcos Brandão/Senado Federal



Eunício (E) diz a Laurita (C) que a PEC da Relevância só poderá ser votada após o fim da intervenção no Rio

Eunício e Maia debatem LDO com presidente do STJ

No encontro, solicitado pela presidente do tribunal, Laurita Vaz, eles também discutiram sobre propostas que estão no Congresso, entre elas uma PEC que reduz a possibilidade de recursos à Justiça

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, se reuniu ontem com a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Laurita Vaz, o corregedor Nacional de Justiça, João Otávio Noronha, e presidentes de tribunais regionais para tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. O encontro ocorreu no STJ e contou também com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

A LDO (PLN 2/2018) foi encaminhada para análise da Comissão Mista de Orçamentos (CMO) do Congresso.

— A presidente do STJ convidou o presidente Rodrigo Maia e eu, além dos presidentes dos tribunais regionais, para conversar sobre a LDO e projetos que estão em andamento no Congresso Nacional, como a PEC 10/2017, sobre recursos ao STJ. Eu expliquei para ela que a proposta só pode ser

analisada quando for levantada a questão da intervenção no Rio de Janeiro — disse Eunício.

PEC da Relevância

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2017 estabelece um filtro de admissibilidade para os recursos especiais. Também conhecida como PEC da Relevância, o texto tem como objetivo reduzir o excessivo número de recursos que chegam ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dar celeridade à prestação jurisdicional.

O texto modifica o artigo 105 da Constituição Federal, que trata das competências do STJ, para que a admissão do recurso especial seja condicionada à demonstração de relevância das questões jurídicas discutidas pelo recorrente. Os requisitos para aferição da relevância da matéria recorrida deverão ser estabelecidos em lei ordinária, de acordo

com a PEC.

O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Há uma preocupação muito grande em relação a essa questão de aumento de recursos — disse Eunício.

O presidente do Senado falou também sobre o projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). O PLC 19/2018 está na CCJ.

— Se for votado na CCJ amanhã [hoje], eu vou levar de ofício para o Plenário do Senado porque esta é uma matéria extremamente importante, pois integra as inteligências de todos os organismos brasileiros no combate à violência. Nós temos uma preocupação fundamental com a segurança pública que aflige os brasileiros — anunciou.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Vanessa critica balanço de dois anos do governo

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) criticou o balanço de dois anos de governo, divulgado pelo presidente Michel Temer, afirmando que os dados do relatório não se sustentam. Ela considerou grave o que chamou de “maquiagem e deturpação” das informações perante a população brasileira, especialmente por se tratar do ocupante do cargo mais relevante do país.

— Isso é muito grave, isso é lamentável, porque depõe, não contra a figura de Michel Temer, porque a figura de Michel Temer não representa nada. Depõe contra o nosso país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros aponta melhora de índices nos últimos 2 anos

Ao criticar o discurso da oposição, José Medeiros (Pode-MT) disse que os apoiadores do impeachment de Dilma Rousseff não são os responsáveis pela situação econômica. O senador apontou a melhora dos índices nos últimos dois anos e saudou a responsabilidade do Congresso, que aprovou a emenda do teto de gastos. Para o senador, a medida rompeu com a ideia de que o orçamento seria “infinito”.

— O Brasil sempre fez isso, continuamente gastando. Isso tem impacto direto na saúde, na segurança, em todos os programas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto: “Temer é o pior presidente da história do país”

Humberto Costa (PT-PE) comentou ontem, em Plenário, o balanço de dois anos divulgado pelo presidente da República, Michel Temer, e declarou que o Brasil vive sob o comando “do pior e mais detestado presidente da História”.

Segundo o senador, o afastamento de Dilma Rousseff e a consequente assunção de Temer ao cargo foram “obra do Congresso Nacional”. E isso, na opinião de Humberto, resultou em retrocessos na educação, saúde, direitos humanos. O senador disse que o país continua em recessão, com 14 milhões de desempregados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Entra em vigor lei que incentiva combate ao bullying nas escolas

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei 13.663, que inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e de medidas de conscientização, prevenção e combate a diversos tipos de violência, como o bullying.

A norma tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 171/2017, da deputada Keiko Ota (PSB-SP). A lei já entrou em vigor.

O texto acrescenta dois incisos ao art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para determinar que todos os esta-

belecimentos de ensino terão como incumbência promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, “especialmente a intimidação sistemática (bullying)” e ainda estabelecer ações destinadas a “promover a cultura de paz nas escolas”. O texto reforça a Lei de Combate ao Bullying (Lei 13.185, de 2015).

Também foi publicada a Lei 13.664, que institui o Dia da Amizade Brasil-Argentina, a ser celebrado anualmente em 30 de novembro. A norma tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 55/2005.

HÁ 30 ANOS

Constituintes definem diretrizes para a reforma agrária no país

Os parâmetros da reforma agrária no Brasil já estão definidos, dizia o *Jornal da Constituinte* de 16 de maio de 1988. O texto aprovado em Plenário determinava que a propriedade da terra ficaria subordinada a sua função social, mas áreas produtivas não poderiam ser desapropriadas. Grupos de posições opostas, como a União Democrática Ruralista e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, acompanharam a votação passo a passo, relatava o jornal.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte47>

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

<p>CAS Instituição de Pesquisas Sociais 9h Entre 16 itens, o PRS 38/2017, que cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente no âmbito do Senado.</p> <p>CDR Integração do São Francisco 9h Audiência interativa com o ministro da Integração Nacional, Antônio de Pádua Andrade, sobre a conclusão do projeto de transposição do São Francisco.</p> <p>CCJ Sistema de segurança pública 10h O PLC 19/2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública, é um dos 24 itens.</p> <p>CARTÕES DE CRÉDITO Empresas 10h15 Audiência interativa com representantes de empresas credenciadoras de cartão de crédito.</p> <p>CE Dia Nacional do Museu 10h30 Audiência interativa sobre a instituição do Dia Nacional do Museu.</p> <p>CTEC Combate ao fumo 11h Na pauta, o PLS 769/2015, que amplia o combate ao fumo, e mais 4 itens.</p> <p>CDH Denúncia na Bahia 11h30 Após 20 itens, análise de denúncia sobre violações de direitos humanos no Complexo Penal de Paulo Afonso (BA). Às 14h, audiência interativa sobre o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTfobia.</p>	<p>CSE Regularização fundiária 11h30 Análise de requerimento de audiência pública sobre o tema.</p> <p>MAUS-TRATOS Depoimento 14h Ex-técnico da seleção brasileira de ginástica artística Fernando de Carvalho Lopes.</p> <p>PLENÁRIO Sessão deliberativa 14h O PLV 6/2018, que incentiva o setor de informática, abre a pauta.</p> <p>MUDANÇAS CLIMÁTICAS Eleição 14h30 Eleição do presidente, do vice e do relator.</p> <p>BRASIL-ARGENTINA Aduanas 14h30 Audiência interativa do grupo parlamentar para discutir gestão compartilhada de aduanas na fronteira como alternativa para o desenvolvimento e integração dos dois países.</p> <p>MP 820/2018 Imigrantes da Venezuela 14h30 Análise de relatório.</p> <p>MP 824/2018 Agricultor irrigante 14h30 Instalação e eleição de presidente e vice.</p> <p>MP 826/2018 Intervenção no RJ 14h45 Instalação e eleição de presidente e vice.</p> <p>MP 827/2018 Agentes de saúde 15h Instalação e eleição de presidente e vice-presidente.</p>
--	---

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Congresso mantém veto na Lei das Filantrópicas

Comunidades terapêuticas continuam impedidas de assinar contratos com órgãos do sistema nacional de políticas sobre drogas, mas governo prometeu editar MP sobre questão

O CONGRESSO DECIDIU ontem manter dois vetos presidenciais. O mais polêmico deles excluiu a possibilidade de instituições filantrópicas que tratam dependentes químicos assinarem contratos com órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Segundo alguns parlamentares, o veto prejudicou o trabalho das comunidades terapêuticas. A manutenção dessa interdição foi garantida graças a um acordo entre os líderes, após compromisso do governo de editar medida provisória sobre o tema.

A Lei 13.650, de 2018, que teve o artigo vetado, simplificou as regras para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). A justificativa do presidente Michel Temer ao vetar a permissão foi de que "a possibilidade de pactuação com órgão não integrante do Sistema Único de Saúde (SUS) viola a premissa constitucional de unicidade do SUS".

A certificação das filantrópicas reconhece uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos como sendo de assistência social e permite a ela a isenção de pagamentos das contribuições para a seguridade social. Com o Cebas,



Eunício preside sessão conjunta do Congresso em que parlamentares decidiram manter dois vetos de Temer

as entidades podem celebrar convênios com o poder público e obter subvenções sociais (repasses para cobrir despesas de custeio) e até desconto na conta de energia elétrica.

Polêmica

A maior parte dos parlamentares que se pronunciaram na sessão do Congresso defendeu a derrubada do veto, em defesa das comunidades terapêuticas. Para o deputado Eros Biondini (Pros-MG), se a recuperação de dependentes

químicos ficasse a cargo somente do Estado, seria preciso gastar mais e os resultados não seriam tão positivos.

Já o líder do PSDB no Senado, Paulo Bauer (SC), destacou a possível sobrecarga do SUS com o veto.

— Entendemos que o veto deva ser derrubado, tendo em vista que o dispositivo [que foi vetado] permitirá que um número maior de dependentes químicos seja atendido por uma gama maior de estabelecimentos e assim desafogar o

tão sobrecarregado SUS.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) defendeu a manutenção do veto, não pelo acordo firmado, mas por discordar do trecho vetado.

— A questão é absolutamente polêmica. Nós sempre discordamos da sustentação de tratamento de saúde mental por comunidade terapêutica.

A manutenção do veto se deu após o acordo anunciado pelo líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE). Ele garantiu que o

governo não é contra o mérito e que o veto se deu em razão de inconstitucionalidade.

Suco de frutas

O outro veto mantido foi o que excluiu dispositivos da Lei 13.648, de 2018, que regulamenta a produção de polpa e de suco de frutas em estabelecimentos familiares rurais. A norma permite que as atividades de inspeção e fiscalização da produção e do comércio de bebidas sejam objeto de convênios, ajustes ou acordos celebrados entre o governo federal e órgãos e entidades estaduais e municipais.

O veto foi a cinco dispositivos do texto. Um deles previa que as novas normas seriam aplicadas apenas às cooperativas e associações de agricultores familiares. Outro item vetado estabelecia que a produção, a padronização e o envase deveriam ser feitos exclusivamente na agricultura familiar. Temer argumenta que as restrições poderiam gerar resultados contrários ao estímulo pretendido. Para o governo, os dispositivos excluam do mercado os que usam outros segmentos comerciais para viabilizar a produção e comercialização de seus produtos.

Aprovada criação de cargos para gabinete da intervenção no RJ

O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto que modifica a Lei Orçamentária Anual (LOA - Lei 13.587/2018) para criar 231 cargos e funções (PLN 6/2018). Desse total, 67 referem-se à criação dos cargos e funções para a composição do gabinete da intervenção federal no Rio de Janeiro.

A votação dos deputados resultou em 208 votos favoráveis, 47 contrários e 3 abstenções. No Senado, a votação foi simbólica.

Os 164 cargos restantes são destinados a atividades de direção e assessoramento na área de segurança pública e ao atendimento de outras demandas prioritárias do Executivo federal.

De acordo com o governo, o impacto orçamentário será reduzido diante do aproveitamento de cargos e funções vagos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Conforme previsão constitucional, a alteração de salários e a criação de cargos e funções só podem ser feitas por lei. Assim, para complementar o projeto que cria a

previsão de recursos para os 231 cargos e funções na lei orçamentária, o Congresso também aprovou outro projeto (PLN 7/2018) enviado pelo governo, com ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - Lei 13.473/2017). Ambos os PLNs seguem agora para sanção presidencial.

Emendas

Quem relatou as duas propostas em substituição à Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi o deputado André Moura (PSC-SE). Ele rejeitou a única emenda apresentada ao projeto que altera a LDO e acolheu parcialmente uma das emendas ao texto que cria cargos.

Diversos parlamentares da oposição criticaram os projetos de lei e votaram contra, entre eles os deputados Bohn Gass (PT-RS), Ivan Valente (PSOL-SP) e Silvio Costa (Avante-PE). Outros deputados apoiaram as medidas, como Simão Sessim (PP-RJ) e Delegado Edson Moreira (PR-MG). A sessão foi comandada pelo presidente do Congresso, Eunício Oliveira.

Eunício anuncia nomes da Comissão de Orçamento

O presidente do Congresso, Eunício Oliveira, anunciou os parlamentares que vão integrar a Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 2018. Os novos integrantes do colegiado já têm um desafio pela frente: discutir e votar a Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define os parâmetros para o Orçamento de 2019. O texto foi encaminhado pelo Poder Executivo no dia 13 de abril, na forma do Projeto de Lei do Congresso (PLN) 2/2018.

Bancadas

Os nomes dos parlamentares que vão compor a CMO foram lidos durante sessão do Congresso. Os titulares são os seguintes:

NO SENADO	PMDB
	<ul style="list-style-type: none"> Romero Jucá (RR) Waldemir Moka (MS) Rose de Freitas (ES)*
	Bloco Social Democrata (PSDB e DEM)
	<ul style="list-style-type: none"> Dalirio Beber (PSDB-SC) Wilder Morais (DEM-GO)
	Bloco Democracia Progressista (PP e PSD)
	<ul style="list-style-type: none"> Otto Alencar (PSD-BA)
	Bloco Resistência Democrática (PT e PDT)
	<ul style="list-style-type: none"> Regina Souza (PT-PI) Fátima Bezerra (PT-RN)
	Bloco Democracia e Cidadania (PSB, PCdoB, Rede, PPS e Pode)
	<ul style="list-style-type: none"> Alvaro Dias (Pode-PR)
	Bloco Moderador (PTB, PR, PSC, PRB e PTC)
	<ul style="list-style-type: none"> Wellington Fagundes (PR-MT)

(* A senadora é filiada ao Pode, mas a vaga foi cedida pelo PMDB

NA CÂMARA	Bloco PMDB, PP, DEM, PSB, PDT, Pode, PCdoB, PSC, PHS, Avante e PEN
	<ul style="list-style-type: none"> José Priante (PMDB-PA) Celso Maldaner (PMDB-RS) Alceu Moreira (PMDB-RS) Marcelo Castro (PMDB-PI) Mário Negromonte Junior (PP-BA) Fausto Pinato (PP-SP) Luciano Ducci (PSB-PR)
	Bloco PSDB, PR, PRB, SD e PPS
	<ul style="list-style-type: none"> Jutahy Junior (PSDB-BA) Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) Silvio Torres (PSDB-SP) Milton Monti (PR-SP) Vicentinho Junior (PR-TO) Cleber Verde (PRB-MA) Aureo (SD-RJ) Marcos Abrão (PPS-GO)
	PT
	<ul style="list-style-type: none"> Enio Verri (PR) José Mentor (SP) Afonso Florence (BA) Waldenor Pereira (BA)
	PSD
	<ul style="list-style-type: none"> Diego Andrade (MG) Júlio Cesar (PI)
	Bloco PTB, Pros, PSL e PRP
	<ul style="list-style-type: none"> Alex Canziani (PTB-PR) Wilson Filho (PTB-PB)
	PV
	<ul style="list-style-type: none"> Leandre (PR)



Vai a Plenário regra para serviços como Uber

Aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto determina que o imposto seja cobrado na cidade onde o serviço é oferecido e não na sede da empresa, como acontece hoje

VAI AO PLENÁRIO em regime de urgência a proposta do senador Airton Sandoval (PMDB-SP) que muda regras de tributação sobre aplicativos de transporte de passageiros, como Uber, Cabify, 99 Pop e similares. O PLS 493/2017 — Complementar foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu voto favorável do relator Armando Monteiro (PTB-PE).

O projeto altera o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos municípios. Conforme a proposição, o tributo será cobrado pelo município do local do embarque do usuário e não onde está sediada a empresa de tecnologia, como ocorre atualmente. O autor alega que a intenção é distribuir mais equitativamente entre os municípios o produto da arrecadação do ISS.

Na fase de debates, o sena-

dor Ricardo Ferraço (PSDB-ES) elogiou a iniciativa, ao considerar que se trata de fazer justiça na distribuição fiscal. Ele lembrou que aplicativos de transporte e outras empresas de economia compartilhada geram cada vez receita tributária, que acaba ficando na cidade de São Paulo, onde está a maior parte das sedes.

— Estamos levando o ISS para onde o usuário usa o serviço. Esse projeto dialoga com os interesses de nossas cidades.

Mudanças

O projeto altera a Lei Complementar 116, de 2003, que trata das normas gerais relativas ao ISS. Armando Monteiro (PTB-PE) lembrou que o PLS 493/2017 não implica perda de arrecadação, apenas melhora distribuição dos recursos.

O senador lembrou ainda que a chegada dos serviços de transporte a diversos municípios gerou expectativa de aumento de arrecadação por



Relator, Armando Monteiro disse que a regra atual provoca conflitos

parte das prefeituras, o que não ocorreu uma vez que a atual legislação prevê o recolhimento do imposto somente no município onde está a sede do prestador de serviços.

— A cidade onde o serviço de transporte é realizado não necessariamente corresponde ao município onde o intermediador realiza suas operações, o que coloca contribuinte e agentes fiscais em constante conflito pela cobrança.

Apesar de concordar com o mérito, Monteiro fez alterações que resultaram num

substitutivo. O relator alega que a simples modificação do local onde se considera prestado o serviço colocaria as empresas que administram os aplicativos em situação crítica, considerando os milhares de municípios brasileiros, cujas administrações tributárias poderiam exigir informações e obrigações acessórias diferentes. Segundo ele, não é razoável que as empresas consigam cumprir tal gama de obrigações.

A proposta original do projeto foi integralmente man-

tida pelo relator. Mas, para evitar que as empresas sejam expostas à situação de impossibilidade de cumprimento de seus deveres, ele propôs a padronização de obrigações e procedimentos.

— Propomos no substitutivo a padronização de obrigação acessória do ISS em âmbito nacional, na qual os contribuintes colocariam à disposição dos municípios e do Distrito Federal todas as prestações de serviços ocorridas em seus respectivos territórios. As autoridades fiscais, em contrapartida, disponibilizariam, na mesma plataforma eletrônica, informações como alíquotas, arquivos suportes a serem preenchidos e dados bancários para pagamento. Assim, o resultado esperado é conferir maior transparência e previsibilidade na relação entre fisco e contribuinte.

Para definir um modelo que atenda as prefeituras e o Distrito Federal, o substitutivo prevê ainda a criação de um Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISS, responsável pela regulamentação das obrigações acessórias.

Comissão aprova a indicação de dois diretores para a Aneel

Com 15 votos favoráveis e 3 contrários, os nomes de Rodrigo Limp Nascimento e Sandoval de Araújo Feitosa Neto foram aprovados ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI) para compor a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As indicações seguem com regime de urgência para o Plenário.

Na sabatina, os indicados reforçaram que o país deve buscar um ambiente de estabilidade regulatória e segurança jurídica para que o setor possa atrair investimentos, até mesmo privados, internos e externos. Esse ambiente, disseram, também é essencial para evitar a judicialização de demandas entre os operadores do mercado e garantir transparência e mais capacidade de fiscalização à Aneel.

Eles também afirmaram na sabatina que o setor precisa se preparar para lidar com mudanças regulatórias por causa dos avanços tecnológicos, como a geração de energia pelos próprios consumidores e o crescimento do número de carros elétricos, entre outros.

Os senadores Roberto Rocha (PSDB-MA) e Eduardo Braga (PMDB-AM) questionaram os indicados sobre a ampliação do mercado livre, que permitirá a um maior número de consumidores escolher de quem comprar energia.

Segundo Nascimento, não há como fugir da proposta, que



Sandoval Feitosa, senador Eduardo Braga e Rodrigo Nascimento durante sabatina na Comissão de Infraestrutura

será boa para o consumidor. Segundo ele, o processo de implantação precisa ser amadurecido, testado e estudado.

— A ampliação do mercado livre vai ser um ganho para o setor, com mais eficiência e competitividade. Mas temos que tomar cuidado com alguns pontos, garantir mecanismos de financiamento da expansão da geração, que hoje estão concentrados no mercado regulado.

Autonomia

Os candidatos também destacaram a importância da aprovação de propostas pelo Congresso que garantam uma atuação autônoma e eficaz da Aneel, como a Lei Geral das Agências Regulatórias. A proposta (PLS 52/2013), de Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi aprovada em 2016 pelo Senado, mas está parada na

Câmara dos Deputados.

Nascimento também sugeriu a criação de um grupo de trabalho por agências que lidam com demandas relacionadas, como a Aneel e a Agência Nacional de Águas (ANA), já que ambas tratam de recursos hídricos. A ideia é atuarem em sintonia para minimizar os efeitos de um setor no outro.

Os indicados defenderam ainda a ampliação das fontes alternativas de energia, como a solar. No Brasil, os pontos com mais fraca incidência de raios solares ainda têm incidência mais forte que os melhores locais da Alemanha, hoje a líder mundial nessa produção.

Sandoval sugeriu a implantação de um parque solar na região do semiárido.

— Temos uma possibilidade enorme de fazer um grande projeto de inserção social,

onde podemos, a partir da regulamentação já existente na Aneel, gerar energia nesses locais que têm essa particularidade social e fazermos o consumo em grandes centros, dentro da mesma área de concessão.

Medida

Hélio José (Pros-DF) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionaram sobre a MP 814/2018, que promove a reestruturação do setor elétrico e, na visão desses senadores, vai permitir a privatização da Eletrobras.

— Sobre a transferência de controle da Eletrobras, essa é uma decisão da União, tomada pelo governo e pelo Congresso, e o regulador deve tratar de forma isonômica, tanto faz se o dono é público ou privado — respondeu Nascimento.

Ivo Cassol (PP-RO) e Ataídes

Oliveira (PSDB-TO) cobraram do governo agilidade no envio das indicações para as diretorias da Aneel, sob pena de atrapalhar a atuação da autarquia com os postos vagos por tanto tempo. No próximo semestre, três diretores encerrarão o mandato, incluindo o diretor-geral.

Ataídes elogiou os indicados por serem servidores públicos de carreira.

— O apadrinhamento político está na raiz da corrupção, na raiz do modelo criminoso entranhado na máquina pública — observou o senador.

Currículo

Nascimento é formado em engenharia elétrica e mestre em economia do setor público. Na Aneel, ele atuou como especialista em regulação na Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição. Atualmente é consultor legislativo da Câmara dos Deputados.

Sandoval é engenheiro eletricitista e mestre em engenharia elétrica. Trabalhou na Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e na Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Em 2005 iniciou a carreira de especialista em regulação da Aneel. Atualmente, é superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da agência.

Comissão fixa compensação pela Lei Kandir

Foi aprovado relatório final com minuta de projeto de lei complementar que define os critérios a serem adotados no repasse anual de compensação de R\$ 39 bilhões aos estados

A COMISSÃO MISTA especial da Lei Kandir aprovou ontem relatório com minuta de projeto de lei complementar que define os critérios a serem adotados pela União no repasse de compensação aos estados pela não incidência do ICMS sobre a exportação de produtos primários. O texto será apensado a projeto similar elaborado por comissão especial da Câmara. As proposições precisam ainda ser votadas nos Plenários das duas Casas legislativas. Se aprovadas, serão encaminhadas à sanção.

A minuta de projeto, do senador Wellington Fagundes (PR-MT), relator da comissão, fixa em R\$ 19,5 bilhões a compensação devida aos estados para 2019, em R\$ 29,25 bilhões para 2020 e em R\$ 39 bilhões para os exercícios subsequentes, sempre corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O texto acrescenta a “relação entre as exportações e as importações” entre os critérios de rateio da compensação, beneficiando apenas os estados com saldos positivos nas balanças comerciais. Também prevê que, em caso de alteração do rateio do Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), o Tribunal de Contas da União (TCU) retificará o rateio da compensação no prazo de dez dias. Estabelece ainda que os estados receberão repasses mensais destinados a compensar, em até 30 anos,



Wellington Fagundes, Antonio Anastasia, Lasier Martins e Flexa Ribeiro na comissão mista sobre a Lei Kandir

as perdas acumuladas desde 1996, com a Lei Complementar 87.

Antes da aprovação do relatório, Wellington apresentou à comissão mista a proposta encaminhada pelo governo, que propunha o pagamento anual de R\$ 3,9 bilhões aos estados, incluindo a parcela devida ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Discussão

Wellington disse que, nos próximos dias, manterá contatos com autoridades fazendárias no intuito de concluir a votação da proposta.

— Estamos abertos a encontrar uma saída política que possa acelerar a votação da matéria, importante para os estados que perdem com a Lei Kandir, ao deixar de tributar o ICMS — afirmou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a proposta encaminhada pelo governo não apresentava novidades, e defendeu a votação do projeto elaborado por Wellington.

— O governo está irredutível. O relatório está em consonância com o texto já aprovado na Câmara, que aguarda votação. A proposta vai para a Câmara, e lá será feito o debate. A Lei Kandir nunca foi benéfica porque, quando foi criada, havia necessidade de se dar incentivo à exportação, a balança era deficitária. Vamos agilizar para aprovar na Câmara e devolver ao Senado, para atender o prazo definido pelo STF [Supremo Tribunal Federal] — afirmou.

Já o senador Lasier Martins (PSD-RS) ressaltou que a proposição precisa ser votada até agosto, quando vence o prazo dado pelo STF para definição dos critérios de repasse.

— É uma questão de responsabilidade — afirmou.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) também defendeu alterações na Lei Kandir, “que tem sido algoz para os estados”.

Presidente da comissão mista, o deputado José Priante (PMDB-PA) disse que o texto aprovado na comissão especial do Senado poderá ser aprimorado na Câmara.

— A conclusão do governo é de que a decisão do Supremo não diz respeito à necessidade de deliberar sobre a compensação e, sim, remete ao caminho da regulamentação.

O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) cobrou ressarcimento aos estados pelos prejuízos provocados pela desoneração do ICMS.

— O governo não fez aceno concreto. Pagar o que está pagando é ofensivo ao déficit que está sendo reclamado.

Pode não ser R\$ 39 bilhões, mas não pode ser R\$ 3,9 bilhões — afirmou Jordy.

O deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) saudou a aprovação do texto, “que não é o ideal, mas o possível”.

Histórico

A comissão mista especial foi criada por decisão do STF. Em novembro de 2016, o tribunal julgou procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 25) e fixou prazo de 12 meses para que o Congresso editasse lei complementar como forma de regulamentar repasses de recursos da União aos estados em decorrência da desoneração do ICMS.

De acordo com a decisão, caso não haja norma própria regulando os repasses no final do prazo fixado, caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) estipular as regras do repasse e calcular as cotas das partes interessadas.

A ADO 25 foi ajuizada pelo Pará, com a participação de outros 15 estados. Por unanimidade, o Plenário do STF reconheceu a existência de uma situação de inconstitucionalidade por omissão, pois, mesmo após quase 13 anos, o Poder Legislativo não cumpriu a determinação contida no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que prevê a edição de lei complementar com os critérios, prazos e condições em que se darão os repasses.

Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia será tema de audiência hoje

O Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia será celebrado hoje, a partir das 14h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A discussão sobre a data, comemorada em 17 de maio, foi proposta por Marta Suplicy (PMDB-SP). O objetivo da audiência é discutir projetos de lei voltados para a efetivação da igualdade de direitos e a proteção jurídica da população LGBTI.

Reconhecimento

De acordo com a senadora, o não reconhecimento pelo Legislativo dos direitos da população LGBTI é “uma forma de violência institucional”, quando projetos que asseguram esses direitos não são aprovados. Por esse motivo, a senadora quer que sejam debatidas três propostas que tramitam no Senado. Entre elas, o PLS 612/2011, que reconhece como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, que aguarda a

deliberação em Plenário.

Já na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está em análise o PLS 658/2011, que reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais. Na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC), tramita o PLS 134/2018, que cria o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, fruto de uma sugestão legislativa com mais de 100 mil assinaturas.

O Dia Internacional de En-

frentamento à LGBTIfobia é comemorado em 17 de maio, pois, nesta data, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o homossexualismo de sua lista de distúrbios mentais, deixando de tratar a questão como uma doença. A organização também aboliu o uso do termo por conta do sufixo “ismo”, que na área de saúde é associado a uma condição patológica.

No Brasil, o dia 17 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate à Homofobia, reconhecido pelo decreto presidencial de 4 de junho de

2010. Anualmente é realizado também no Congresso Nacional o Seminário LGBT, em que são tratadas questões como diversidade e tolerância. A realização neste ano da 15ª edição do evento já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas ainda não tem data prevista.

Participantes

Para participar do debate de hoje, foram convidados o diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI, Toni Reis, a coordenadora jurídica de Organismos Internacionais

do Grupo Dignidade, Ananda Hadah Rodrigues Puchta, o secretário-geral da Rede GayLatino, Simón Adalberto Cazal Fernández, o membro do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual do Rio de Janeiro Cláudio Nascimento, e a diretora do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) no Brasil, Georgiana Braga-Orillard.

Também são esperados representantes do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBTs, da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação e do Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo.

Manual de Comunicação LGBTI+ vai ser lançado no debate

O lançamento de um manual de comunicação marca o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia e tem apoio institucional da Federação Nacional dos Jornalistas. O lançamento, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, será hoje,

às 14h, e terá representantes da Unaid no Brasil, do Ministério Público da União, da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, de movimentos sociais e do banco Itaú.

O manual também será lançado no Sindicato dos Jornalistas do Paraná, em Curitiba, dia 21; no Novotel Jaraguá, em São Paulo, dia 22; e na Assembleia Legislativa de Alagoas, em Maceió, dia 25.

Baixe o manual em PDF: bit.ly/manualLGBTI

Aumento das alergias alimentares exige conscientização, mostra debate

Em audiência pública, especialistas apoiaram a realização de uma semana nacional para disseminar informação sobre o problema

AS ALERGIAS ALIMENTARES ocupam um espaço cada vez maior no rol de doenças com grande incidência na população mundial. E a gravidade das reações parece estar aumentando. O alerta foi feito pela médica da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai) Marta Guidacci, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— O número de novos alimentos identificados como alérgenos aumenta e não há forma de prevenir o seu aparecimento. O único tratamento realmente efetivo até o momento é a restrição completa das proteínas alérgicas, que é uma tarefa difícil, especialmente na faixa pediátrica — afirmou a médica.

Para os participantes da audiência, a instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar seria uma forma de disseminar na sociedade o conhecimento sobre o tema e propiciar um maior acolhimento das pessoas alérgicas. A dificuldade de adaptação familiar foi um dos aspectos mais destacados na audiência, sugerida por Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

Coordenadora do Movimento Põe no Rótulo, Fernanda Mainier Hack defendeu maior visibilidade para a questão. Para ela, o assunto tem que ser trabalhado principalmente nas escolas.

— São muitos os casos de reação alérgica no ambiente escolar. Essas reações normalmente acontecem por desconhecimento, porque as escolas não estão preparadas para receber a criança que tem alergia alimentar.

A discussão também deve ser levada para o ambiente de trabalho, na opinião de Fernanda, por dois motivos: o adulto que tem alergia alimentar também pre-



Maria do Carmo (C) preside audiência que discutiu formas de conscientizar a população

cisa ser acolhido e os pais de crianças alérgicas precisam de compreensão na ocorrência de situações adversas que exigem a ausência do trabalho.

— Falando de alergia alimentar em uma semana dedicada a isso, a gente vai aumentar a conscientização, incentivar o respeito e a empatia das pessoas e promover a segurança e a melhora da qualidade de vida de crianças e adultos.

Impacto na família

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), a instituição da semana de conscientização é oportuna e necessária. O senador, que é médico por formação, observou que a iniciativa deveria ser ampliada para abordar também as alergias relacionadas a medicamentos e a venenos de insetos.

A mestre em psicologia clínica Érika Campos Gomes destacou os impactos psicossociais da alergia alimentar na vida das pessoas alérgicas e na vida das famílias com crianças alérgicas. Segundo ela, a rotina da família é afetada.

A psicóloga indicou que a literatura especializada da área reconhece que o enfrentamento da alergia alimentar está

associado ao aumento do sofrimento psíquico e à diminuição da qualidade de vida tanto de crianças alérgicas quanto de seus pais. Além disso, ela informou que um terço das crianças com alergia alimentar sofre bullying na escola em função de sua condição.

— Há dificuldade de entendimento, compressão e apoio da sociedade como um todo, tanto do círculo social mais próximo, de familiares e amigos, quanto da sociedade de forma geral.

Mestre em nutrição, Renata Alves Monteiro falou ainda sobre sua experiência como profissional e mãe de três filhos alérgicos. Ela acredita que durante a semana de conscientização a população estará mais disposta a discutir o impacto de cada um dos atores sociais em relação à questão.

— A partir do momento em que a gente tem uma semana de conscientização, não vamos deixar a discussão só no âmbito individual, do cuidado familiar. A gente vai começar a discutir a alergia alimentar de maneira responsável com os serviços de saúde e teremos famílias que passarão por um processo de acolhimento e respeito — disse.

PT vai registrar candidatura de Lula, afirma Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o governo Temer em Plenário, citando dados que apontam mais de 1,4 milhão de novos desempregados no primeiro semestre. Ele também afirmou que o PT registrará a candidatura do ex-presidente Lula à Presidência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador destacou o resultado da pesquisa de intenção de votos para presidente divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e ressaltou que, mesmo preso, Lula continua em primeiro lugar na preferência dos eleitores.

Fátima cita liderança do ex-presidente em pesquisa da CNT

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou os resultados da pesquisa de intenção de votos à Presidência divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Ela comemorou o fato de o ex-presidente Lula liderar todos os cenários nos quais aparece e disse que os apoiadores do impeachment da ex-presidente Dilma aparecem com os maiores índices de rejeição.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Enquanto o povo quer a volta de Lula, rejeita os que brincaram com a democracia, desprezaram o voto popular e tomaram de assalto o poder.

No Dia do Assistente Social, Paim parabeniza profissionais da área

Paulo Paim (PT-RS) destacou em Plenário a passagem do Dia do Assistente Social, celebrado ontem, e lembrou que, entre as funções do profissional, estão analisar a realidade social e intervir para melhorar as condições de vida da população.

Segundo o senador, o Brasil tem cerca de 135 mil assistentes sociais. Ele enfatizou que os profissionais atuam na condução de políticas públicas e privadas e lidam com pessoas em situação de vulnerabilidade e abandono.

— Sua formação é humanista e comprometida com valores que dignificam as pessoas em suas diferenças.

Cássio critica projeto que suprime rótulo de transgênicos

O primeiro-vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), disse não acreditar na aprovação do projeto que elimina o símbolo de identificação de alimentos com transgênicos (PLC 34/2015). O senador recebeu ontem representantes da sociedade civil contrários à aprovação da proposta. Pela legislação atual, os produtos são rotulados com um triângulo amarelo e a letra "T", que o projeto do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) suprime.

— Não quero acreditar que o Senado possa aprovar uma lei que representa

um retrocesso no direito à informação do consumidor. Ter a informação de que o produto tem componente transgênico é fundamental — afirmou Cássio.

O projeto recebeu pareceres favoráveis em duas comissões, e pela rejeição em outras duas. Ainda deve ser analisado em mais dois colegiados antes de ir para o Plenário. Especialista em agricultura e alimentação do Greenpeace, Marina Lacôrte participou da reunião com o senador e classificou o PLC 34/2015 como um enorme retrocesso.

— O projeto é extremamente perigoso,

porque vai retirar um direito adquirido do consumidor à informação sobre o que está comendo — afirmou.

A chefe de cozinha Paola Carosella disse que nem mesmo a lei atual para a rotulagem dos alimentos é completamente seguida no Brasil.

— A forma como vão ser analisados os alimentos com componentes transgênicos também muda pela proposta. Hoje, essa análise é feita antes. O projeto fala que vai ser feito depois, no fim do processo. Pode ser que seja muito difícil rastrear o transgênico — criticou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Trabalho escravo persiste após 130 anos da abolição, dizem debatedores

Jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida são características da “escravidão atual” levantadas na audiência pública da CDH

TRABALHO FORÇADO, CONDIÇÕES degradantes, jornada exaustiva e servidão por dívida são situações que marcam a exploração do trabalho escravo, constatado no Brasil mesmo após 130 anos da abolição da escravatura. Esse quadro foi relatado ontem por participantes de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou o pedido para o debate.

Vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Helder Amorim citou dados do IBGE, que demonstram que a população negra e parda representa a maioria das pessoas analfabetas, em situação de extrema pobreza e com as piores colocações no mercado de trabalho.

— São marcas perceptíveis no contexto político atual. O regime escravagista deixou na nossa mentalidade traços excludentes e de profunda desigualdade social. O Brasil tem ainda, na atualidade, a ferida aberta da prática do trabalho análogo à escravidão — disse.

Para a presidente da CDH, senadora Regina Sousa (PT-PI), os que exploram o tra-



Para Regina Sousa (C), ao lado de Paulo Paim, quem explora trabalho escravo também busca ocupar espaços públicos

balho escravo moderno vêm buscando ocupar espaços públicos para implantar projetos no Congresso Nacional em prol da continuidade da exploração da mão de obra.

A diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Vera Jatobá, concordou:

— As leis podem trazer retrocesso. As várias formas de exclusão não ficam claras na legislação. É preciso compreender o contexto histórico.

Combate

Nos últimos 20 anos, o governo federal adotou medidas de combate ao trabalho escravo. Segundo Helder Amorim, as principais ações são os

Grupos Móveis de Fiscalização do Trabalho e a Lista Suja, que divulga o nome de empregadores que submetem trabalhadores a condições análogas às de escravo.

No entanto, para o presidente do Sinait, Carlos Silva, os direitos do trabalhador vêm sendo constantemente ameaçados pelo atual governo:

— A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo está sendo esvaziada. O grupo de fiscalização móvel, que já foi composto por nove equipes, hoje tem quatro equipes, pois não tem orçamento suficiente. A Lista Suja vive uma batalha judicial. O governo só divulga porque tem que cumprir uma decisão

judicial mediante ação civil do Ministério Público. O seguro-desemprego do trabalhador resgatado é sempre objeto de contingenciamento.

Chacina de Unaí

Os debatedores lembraram a chacina de Unaí (MG), em 2004, quando quatro fiscais do trabalho foram assassinados durante uma fiscalização de rotina em fazendas. Para o senador Paulo Rocha (PT-PA), o episódio mostra que a escravidão moderna não está presente apenas no Pará.

— Perto da capital do país, aconteceu isso. É preciso resgatar a história dos que lutaram em defesa desses trabalhadores — afirmou o senador.

Saúde, educação e segurança podem ter prioridade no orçamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que garante prioridade aos gastos com saúde e educação na execução orçamentária dos entes federativos. O texto, que já havia sido aprovado pela comissão, voltou à pauta para a análise de uma emenda de Plenário que inclui a segurança pública

nessa relação.

De autoria da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o PLS 329/2017 — Complementar segue novamente para votação no Plenário. O texto original da proposta determina que União, estados, Distrito Federal e municípios assegurem preferência às programações referentes aos serviços de

saúde e educação ao aprovar o quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária ficará autorizada a usar.

A emenda de Plenário, do senador Telmário Mota (PTB-RR), acrescentou a segurança pública ao rol de prioridades. Ao acatar a emenda, o relator do projeto, senador Cristovam

Buarque (PPS-DF), destacou que a deterioração das condições de segurança afeta a atividade econômica e debilita o orçamento público e todos os serviços prestados pelo Estado. Ele disse considerar que, assim como a saúde e a educação, a segurança não pode esperar e se configura um investimento de alto retorno.

Avança projeto que impede a sublocação de imóvel de franquia

O dono de uma franquia não poderá sublocar imóvel ao franqueado por valor superior ao da locação, salvo quando no local tenham sido realizados investimentos comprovadamente relacionados ao negócio, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2015 segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto busca impedir que a locação seja usada para fins especulativos, mediante sublocação. Embora essa conduta seja vetada pelo artigo 21 da Lei 8.245, 1991, que trata

das locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a jurisprudência estaria considerando a norma inaplicável às relações entre franqueador e franqueado, o que levou o deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) a apresentar a proposta, que estende a vedação aos contratos de franquia comercial.

O projeto teve voto favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele considera que a aprovação da proposta fortalecerá a franquia como instituto jurídico, pois impedirá a desvirtuação de seu objeto e estimulará essa modalidade de relação comercial.

Comissão vai convidar ministro da Fazenda para discutir Eletrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem convite ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, para que explique o processo que permite a privatização da Eletrobras. A audiência está prevista para terça-feira.

O assunto é objeto do PL 9463/2018, em tramitação na Câmara. Também foi debatido na comissão mista que analisou a MP 814/2017, sobre o setor elétrico. O colegiado aprovou parecer do relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que retirou da MP o trecho que permitia a privatização. O texto ainda passará pelos Plenários da Câmara e do Senado.

— Trata-se de uma decisão relevantíssima a merecer do Senado profunda análise, antes mesmo da chegada da MP e do PL a esta Casa — disse o presidente da CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que propôs a audiência.

A comissão também aprovou requerimento do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) para debater metodologias de avaliação da eficiência e dos resultados dos gastos tributários, uma forma de subsídio que chegou a consumir R\$ 275,87 bilhões em 2017. O secretário da Receita, Jorge Rachid, deve ser um dos convidados.

Simone celebra lei que garante mais recursos para municípios

Simone Tebet (PMDB-MS) destacou a sanção de lei que altera a forma de dividir a



compensação financeira pela construção de usinas hidrelétricas. Ela lembrou que, a partir de agora, 65% desses recursos irão para os municípios, ficando o restante para os estados e a União. A senadora ressaltou o papel do Senado e da Câmara na edição da lei.

— É importante que a população brasileira saiba que o Congresso Nacional trabalha a favor dos estados, a favor dos municípios, a favor da população.

Governo de RR pagou dívida com dinheiro da saúde, diz Telmário

Telmário Mota (PTB-RR) elogiou a decisão do ministro da Saúde, Gilberto Occhi,



de implantar uma triagem nos venezuelanos que chegam ao município de Pacaraima, em Roraima. O senador também acusou a governadora Suely Campos de ter usado verbas de uma emenda destinada à saúde para pagar dívidas do governo.

— O povo de Roraima está hoje gritando por uma saúde de qualidade e aqui a gente fazendo um esforço imensurável. E Vossa Excelência pagando dividinha de político.

Paulo Rocha critica retrocessos da reforma trabalhista

Paulo Rocha (PT-PA) denunciou retrocessos gerados pela reforma trabalhista. Segundo o senador, o texto agrava a desigualdade entre negros e brancos. Ele citou, como exemplo, as medidas que limitam a definição de trabalho escravo.



— A reforma causou preocupação nas organizações que lutam contra a escravidão moderna, pois, conforme dados do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, 90% dos trabalhadores resgatados de situações análogas à escravidão são terceirizados.

Senadores cobram verbas para universidades

Em audiência, o ministro da Educação disse que a pasta cumpre o valor acertado com as instituições, mas parlamentares apontaram queda nos investimentos no setor e redução de contratos do Fies

OS ORÇAMENTOS DAS universidades e institutos federais passaram de R\$ 65 bilhões para R\$ 72,2 bilhões entre 2016 e 2018, num crescimento de 11%, afirmou ontem o ministro da Educação, Rossieli Soares, na Comissão de Educação (CE). Ele disse que, desde maio de 2016, no começo do governo Temer, houve a contratação de quase 4 mil servidores, sendo 2,7 mil professores e 1,2 mil técnicos administrativos.

O ministro afirmou que a pasta tem cumprido, em 2018, o financiamento acertado com as próprias universidades e institutos. O mesmo se dá em relação à assistência estudantil e ao aumento no salário dos docentes (10,7%). Segundo Rossieli, os repasses de recursos para investimentos tiveram crescimento de 40% para 70%.

Com base em números fornecidos pela Consultoria de Orçamento, Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que Rossieli se baseou nas despesas obrigatórias, como o pagamento de pessoal. Mas que, ao serem incluídas despesas discricionárias, referentes a custeio e

investimentos, fica evidente a queda brutal no repasse de verbas para a educação como um todo e para o ensino superior em especial.

A senadora incluiu em seu levantamento políticas de financiamento desde 2014, que, incluindo custeio e investimentos, mostram uma queda de repasses nesse período de R\$ 32 bilhões para R\$ 22 bilhões. Nas universidades federais, incluindo os hospitais universitários, os repasses caíram de R\$ 24 bilhões para R\$ 15 bilhões.

O ministro admitiu que, de fato, os financiamentos como um todo, se comparados a 2014, indicam uma queda, que ele atribuiu ao aprofundamento da crise econômica e à arrecadação menor. Já Fátima atribuiu à aplicação da nova política fiscal, que estabeleceu um teto de gastos públicos.

Hélio José (Pros-DF) disse que as universidades passam por uma crise financeira estrutural e que isso se dá pela opção deliberada do governo pela política de Estado mínimo. O ministro afirmou que a solução para a falta de recursos terá de



Senadora Lúcia Vânia e ministro Rossieli Soares da Silva durante audiência pública na Comissão de Educação

ser acertada necessariamente de forma coletiva, devido às matrizes orçamentárias pactuadas.

Novo Fies

Segundo Ângela Portela (PDT-RR), o número de bolsas fornecidas no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do ensino superior pode cair pela metade se comparados os dados de 2018 com os de 2014, prejudicando a inclusão de centenas de milhares de jovens das classes menos favorecidas no ensino superior.

Com base em números oficiais, a senadora disse que em 2014 foram celebrados cerca de 700 mil contratos no Fies,

número que caiu para 170 mil no ano passado e que chegará no máximo a 310 mil em 2018, segundo o planejamento do próprio ministério (pela Lei 13.530, de 2017).

— No ensino superior privado, por causa das novas regras do Fies, a ociosidade de vagas já atingiu 56,9%. Nas instituições sem fins lucrativos, chegou a 61,3% — alertou.

Na resposta, Rossieli alegou que o Fies precisava ser transformado, “pois os rombos eram gigantescos”. Ele lembrou que as sugestões de alterações do modelo partiram do Tribunal de Contas da União (TCU), pois a inadimplência no cumprimento dos contratos já

chegava a 61%.

Ele disse que apenas 8% dos jovens matriculados no ensino médio tem ensino técnico profissional, índice muito inferior ao de nações europeias, asiáticas e latino-americanas.

O ministro alertou que o novo ensino médio (Lei 13.415, de 2017) tem como um de seus objetivos aumentar a oferta de vagas no ensino profissional.

— Cerca de 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos não estudam nem trabalham, em grande medida porque o modelo tradicionalmente implantado no ensino médio não é atrativo para quem não possui um perfil mais acadêmico.

Debatedores defendem integração de registros e dados da agropecuária

O Brasil aguarda o Censo Agropecuário de 2017, que será divulgado até julho, disse Ana Amélia (PP-RS), lembrando que desde 2007 o país não faz uma pesquisa do tipo e que as informações podem ser um norte para as ações no setor. A senadora relatou o acompanhamento, pela Comissão de Agricultura (CRA), do andamento das estatísticas rurais e da integração de registros das políticas agrícolas, as políticas públicas escolhidas pelo colegiado para serem avaliada este ano. A pedido da relatora, a CRA debateu ontem a padronização dos dados sobre a agropecuária.

— Não podemos tomar nenhuma decisão, seja o agricultor, o prefeito, o governador, o ministro da Agricultura, sem saber em que realidade você está trabalhando — disse Ana Amélia.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que, por meio de uma emenda ao Orçamento sugerida pela CRA, o IBGE garantiu recursos para elaborar esse censo.

O diretor de Pesquisas do IBGE, Cláudio Crespo, disse que o Brasil possui

tecnologia e instrumentos, mas ainda falta integração dos diversos setores públicos para juntar esses dados em uma única base. O chefe do Departamento de Regulação do Banco Central, Claudio Filgueiras, explicou que a instituição já oferece dados sobre operações de empréstimos agrícolas no país.

— Hoje, em termos de crédito rural, são cerca de R\$ 152 bilhões por ano que rodam dentro dos agentes financeiros, isso fora o crédito rural que é feito pelos próprios produtores dentro do mercado de capitais.

O diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusará Filho, informou que graças ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), o país hoje tem noção do número de propriedades rurais, áreas de reserva legal e florestas públicas.

— São 321 milhões de hectares de florestas públicas, 463 milhões de hectares no Cadastro Ambiental Rural. Não há nenhum país no mundo que tenha essa base georreferenciada de conhecimento das florestas.



Otto Alencar preside reunião acompanhada por João Alberto (1º à esq.), Gurgacz e Valdir Raupp

Comissão rejeita projeto que obrigava empresa a ofertar internet gratuitamente

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) rejeitou ontem o projeto que obrigava a empresa que presta serviço de conexão com a internet de banda larga a oferecer aos assinantes acesso gratuito à internet (PLC 116/2017).

O relator do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), explicou que a situação “se modificou consideravelmente” desde a apresentação do projeto pelo deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), em 2004. Flexa disse que, naquela época, a oferta de fato não ocorria, mas que hoje esse assunto já está regulamentado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que prevê casos de oferta gratuita de internet.

A comissão também aprovou um pedido de informações ao Ministério das Comunicações sobre o processo de renovação da outorga da Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas, para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Lagoas (MS). O relatório do PDS 206/2017, de Pedro Chaves (PRB-MS), foi lido

por Acir Grugacz (PDT-RO). Chaves apontou possíveis inconsistências nos documentos do processo de renovação e registrou que “se mostra necessário obter informações adicionais acerca da efetiva data de apresentação do requerimento de renovação da outorga”. Com o pedido de informações, a tramitação desse projeto fica suspensa até que os questionamentos sejam esclarecidos pelo ministério.

TVs comunitárias

Foi aprovado também um requerimento de Omar Aziz (PSD-AM) para a realização de uma audiência pública sobre a veiculação remunerada de propaganda e publicidade em emissoras de televisão comunitária, objeto do PLS 27/2016, de Hélio José (Pros-DF).

Conforme a sugestão de Omar, devem ser convidados representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Ainda não há data para a realização da audiência pública.



Ana Amélia preside audiência sobre padronização de dados e registros da agropecuária